



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de setembro de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

10h00

Audição do Diretor-geral da Saúde, no âmbito da discussão na especialidade do [Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª \(L\)](#) - «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas»;

11h10

Audição do Diretor-geral da Saúde, a [requerimento do PS](#), «sobre o ponto de situação do processo de vacinação em curso, designadamente sobre o contributo deste processo para o número de mortes evitáveis e sobre as estratégias para a garantir o sucesso da vacinação no futuro»;

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 56, da reunião de 13 de setembro;
2. Distribuição de iniciativas:
 - [Projeto de Lei n.º 878/XV/1.º \(L\)](#) - «Cria a linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos»

Designação de Deputado Relator: PS

- [Projeto de Lei n.º 879/XV/1 \(CH\)](#) - «Altera a Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto, altera a rotulagem nos produtos de tabaco de forma a eliminar fotografias ou ilustrações das advertências de saúde combinadas e dando mais destaque às opções disponíveis de apoio anti-tabágico».

Designação de Deputado Relator: PSD

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 880/XV/1.ª \(CH\)](#) - «Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação do Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos»

Designação de Deputado Relator: PS

3. Discussão e votação do relatório de atividades da 1.º sessão legislativa;
4. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 682/XV/1.ª \(CH\)](#) - «Altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, procedendo à inclusão da normalização das boas práticas de Saúde Materna e Obstétrica e do papel do Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstetrícia na Rede de Cuidados Primários»

Deputado Autor do Parecer: Eduardo Oliveira (PS);

5. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 735/XV/1.ª \(IL\)](#) - «Legaliza a canábis»

Deputado Autor do Parecer: Miguel Matos (PS);

6. Apresentação e votação do relatório final das Petições:

- [Petição n.º 34/XV/1.ª](#) - «Valorização dos Enfermeiros e Enfermagem»

Deputado Relator: Eduardo Oliveira (PS);

- [Petição n.º 95/XV/1.ª](#) - «Direitos na Saúde para Portadores da doença Hidradenite Supurativa»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

- [Petição n.º 115/XV/1.ª](#) - «Cheque Saúde Oral Universal»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

7. Discussão e votação, na especialidade, do [PJR n.º 795/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Recomenda a realização de estudo multissetorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira»;
8. Discussão e votação, na especialidade, do [PJL n.º 811/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS)»;
9. Discussão e votação do [Requerimento do BE](#), para audição urgente da Entidade Reguladora da Saúde e do Ministro da Saúde, «sobre os contínuos obstáculos colocados no SNS para o acesso à IVG»;
10. Discussão e votação do [Requerimento do PCP](#), para audição urgente do Diretor Executivo do SNS e do Presidente da Associação de Administradores Hospitalares, «sobre o acesso das utentes à Interrupção Voluntária da Gravidez no Serviço Nacional de Saúde»;
11. Outros Assuntos.

I Parte

10h00

Audição do Diretor-geral da Saúde, no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L) - «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas»;

O Presidente cumprimentou os presentes e informou que a Deputada Catarina Martins do GP do BE será substituída na Comissão de Saúde pela Deputada Isabel Pires, em virtude da renúncia ao mandato, cumprimentando e saudando a Deputada Isabel Pires e desejando um bom trabalho nesta Comissão.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

Posto isto, o Presidente deu as boas-vindas ao Diretor-geral da Saúde, André Peralta Santos, de seguida explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito na discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L), posto o que deu a palavra ao Diretor-geral da Saúde para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Sofia Andrade, Helga Correia, João Dias e Isabel Pires, tendo o Diretor-geral da Saúde respondido ao conjunto das questões formuladas.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Sofia Andrade, Helga Correia, Jorge Galveias, João Dias e Isabel Pires.

O Dr. André Peralta Santos respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que o Presidente deu por encerrada a audição.

11h10

Audição do Diretor-geral da Saúde, a requerimento do PS, «sobre o ponto de situação do processo de vacinação em curso, designadamente sobre o contributo deste processo para o número de mortes evitáveis e sobre as estratégias para a garantir o sucesso da vacinação no futuro»;

Dando início à segunda audição da ordem do dia, assumiu a condução dos trabalhos a Vice-Presidente, que cumprimentou o Diretor-geral da Saúde e o Professor Luís Graça, Presidente da Comissão Técnica de Vacinação COVID-19 - CTVC e enquadrou a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PS, posto o que deu a palavra à Deputada Lúcia Araújo Silva para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta do Diretor-geral da Saúde.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Pedro Melo Lopes e João Dias, tendo o Diretor-geral da Saúde e o Professor Luís Graça respondido ao conjunto das questões formuladas.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados Lúcia Araújo Silva, Pedro Melo Lopes e João Dias.

O Dr. André Peralta Santos respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que a Vice-Presidente deu por encerrada a audição.

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 56, da reunião de 13 de setembro:

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

2. Distribuição de iniciativas:

- Projeto de Lei n.º 878/XV/1.º (L) - «Cria a linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos»

Designação de Deputado Relator: PS

O GP do PS indicou a Deputada Anabela Rodrigues como Deputada Relatora.

- Projeto de Lei n.º 879/XV/1 (CH) - «Altera a Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto, altera a rotulagem nos produtos de tabaco de forma a eliminar fotografias ou ilustrações das advertências de saúde combinadas e dando mais destaque às opções disponíveis de apoio anti-tabágico».

Designação de Deputado Relator: PSD

O GP do PSD informou que indicaria o Deputado Relator posteriormente.

- Projeto de Lei n.º 880/XV/1.ª (CH) - «Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação do Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos»

Designação de Deputado Relator: PS



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

O GP do PS indicou a Deputada Irene Costa como Deputada Relatora.

3. Discussão e votação do relatório de atividades da 1.º sessão legislativa:

O Deputado Luís Soares solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão de Saúde.

4. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 682/XV/1.ª (CH) - «Altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, procedendo à inclusão da normalização das boas práticas de Saúde Materna e Obstétrica e do papel do Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstetrícia na Rede de Cuidados Primários»

Deputado Autor do Parecer: Eduardo Oliveira (PS);

O Deputado Eduardo Oliveira apresentou o Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 682/XV/1.ª (CH), o qual submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do PCP.

5. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 735/XV/1.ª (IL) - «Legaliza a canábis»

Deputado Autor do Parecer: Miguel Matos (PS);

O Deputado Miguel Matos apresentou o Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 735/XV/1.ª (IL), o qual submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do PCP.

6. Apresentação e votação do relatório final das Petições:

- Petição n.º 34/XV/1.ª - «Valorização dos Enfermeiros e Enfermagem»

Deputado Relator: Eduardo Oliveira (PS);

O Deputado Eduardo Oliveira apresentou o Relatório da petição, o qual submetido à votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do PCP.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

- Petição n.º 95/XV/1.ª - «Direitos na Saúde para Portadores da doença Hidradenite Supurativa»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

- Petição n.º 115/XV/1.ª - «Cheque Saúde Oral Universal»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

O Deputado Pedro Melo Lopes apresentou os Relatórios das petições n.ºs 95/XV/1.ª e 115/XV/1.ª.

A Deputada Ana Isabel Santos agradeceu o trabalho produzido e referiu que o primeiro programa de saúde oral foi desenvolvido em 1998, com a entrada de higienistas orais no SNS, sendo esta a primeira aposta na prevenção da saúde oral dos portugueses.

Submetidos à votação, os Relatórios das Petições foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do PCP.

7. Discussão e votação, na especialidade, do PJR n.º 795/XV/1.ª (PS) - «Recomenda a realização de estudo multisectorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira»;

O GP do PSD solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão de Saúde.

O Deputado Francisco César questionou qual a razão para não ter sido solicitado parecer aos órgãos de governo regional sobre o Projeto de Resolução n.º 795/XV/1.ª (PS), uma vez que o assunto se prende com o tráfico de NSP nas regiões autónomas, solicitando que se diligencie nesse sentido, antes da sua votação na especialidade.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

A Vice-Presidente informou que os pedidos de informação aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, obrigatórios regimentalmente, são sinalizados pela DAPLEN, sugerindo que se contactasse esta Divisão para averiguar se era necessário solicitar parecer às regiões autónomas neste caso.

8. Discussão e votação, na especialidade, do PJI n.º 811/XV/1.ª (PS) - «Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS)»;

O Projeto de Lei n.º 811/XV/1.ª (PS) foi votado de acordo com o seguinte [mapa de votações](#), dando origem a um Texto Final que pode ser consultado neste [link](#).

9. Discussão e votação do Requerimento do BE, para audição urgente da Entidade Reguladora da Saúde e do Ministro da Saúde, «sobre os contínuos obstáculos colocados no SNS para o acesso à IVG»;

A Deputada Isabel Pires apresentou o Requerimento do BE.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos referiu que já foram ouvidas tanto a Entidade Reguladora da Saúde, como o Ministro da Saúde e a Direção-geral da Saúde sobre o mesmo assunto nesta comissão. Acrescentou que os dados de evolução da realização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em Portugal revelam que esta é uma área de sucesso em Portugal. Sublinhou que a evolução deste direito das mulheres é benéfica para o país, porém ainda subsistiam dúvidas quanto ao acesso à IVG em determinadas situações, as quais o GP do PS quer ver esclarecidas. Como tal, afirmou que o GP do PS votaria favoravelmente. Por fim, apresentou um requerimento oral para ouvir também a Direção-geral da Saúde sobre o mesmo assunto.

O Deputado Miguel Santos afirmou que as notícias revelam que o acesso à IVG não está disponível para todas as mulheres que a esta pretendem recorrer, e indicou que existem 15 hospitais que não estão a garantir esta intervenção. Como tal, referiu ser oportuno que o Ministro da Saúde seja ouvido e esclareça este assunto, logo o voto do GP do PSD seria favorável. Acrescentou que, em declarações públicas proferidas em



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

fevereiro, o Ministro da Saúde mostrou-se surpreendido com as notícias que revelavam constrangimentos no acesso à IVG e revelou que os mesmos seriam resolvidos prontamente.

O Deputado João Dias afirmou igualmente que o GP do PCP votaria favoravelmente e que inclusivamente apresentou um requerimento para ouvir outras entidades sobre o mesmo tema e que seria votado no ponto seguinte. Recordou que existia um projeto de relatório do IGAS e importava esclarecer quando será disponibilizado este relatório. Afirmou que ficava claro que a falta de recursos humanos em áreas sensíveis como a IVG são as mais críticas no país.

A Deputada Isabel Pires aceitou a inclusão da Direção-geral da Saúde na lista de entidades elencadas no requerimento. Referiu que os dados que foram disponibilizados pela Entidade Reguladora da Saúde indicam que há hospitais que não garantem a IVG, mas reencaminham as utentes para outro hospital, e tal pode ser interpretado como uma forma de dissuadir as mulheres a avançar com este procedimento.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos reforçou o que disse anteriormente e agradeceu a possibilidade de alargar o requerimento à Direção-geral da Saúde. Recordou que o Ministro da Saúde nunca evitou esta questão e que muitas dificuldades estavam relacionadas com o direito à objeção de consciência, e que o mesmo não era contabilizado. A título de exemplo, referiu que o GP do PS visitou um hospital, no âmbito das jornadas parlamentares do PS, em que todos os médicos eram objetores de consciência e, neste caso, a solução adotada foi de contratar um médico para estar presente apenas para consultas de IVG. Garantiu assim que o Ministro da Saúde está atento a este problema.

Submetido à votação o requerimento do BE foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH e da IL.

Submetido à votação, o requerimento oral do PS para audição da Direção-geral da Saúde foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH e da IL.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

10. Discussão e votação do Requerimento do PCP, para audição urgente do Diretor Executivo do SNS e do Presidente da Associação de Administradores Hospitalares, «sobre o acesso das utentes à Interrupção Voluntária da Gravidez no Serviço Nacional de Saúde»;

O Deputado João Dias apresentou o [requerimento](#) e enquadrou-o no mesmo assunto referido no ponto anterior.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos, recordou então que já fora aprovada a audição do Ministro da Saúde, da Direção-geral da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde e que seria uma sobreposição estar a ouvir também o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde e o Presidente da Associação de Administradores Hospitalares. Por esta razão, o GP do PS votaria contra.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor do BE, PSD e PCP, registando-se a ausência do CH e da IL.

11. Outros Assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, a Vice-Presidente informou que a audição do Diretor-geral da Saúde, que teve lugar nesta reunião, foi a última audição requerida no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L) - «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas». Assim sendo, indicou que seria necessário fixar prazo para apresentação de propostas de alteração e sugeriu que o mesmo fosse fixado no dia 3 de outubro, o que não mereceu oposição.

Recordou que o prazo para apresentação de propostas para o Plano de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa termina no dia 26 de setembro, pelas 12h00.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

Atendendo à entrada em vigor, nesta 2.ª sessão legislativa, das alterações ao Regimento da Assembleia da República, referiu que seria necessário adaptar o Regulamento da Comissão às aludidas alterações. Assim, indicou que os Serviços iriam elaborar uma proposta de adaptação do Regulamento da Comissão de Saúde que, após discussão, seria votado até ao final do mês de outubro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:46 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua versão áudio e vídeo ser consultada neste [link 1](#), [link 2](#) e [link 3](#).

Palácio de São Bento, 22 setembro 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 57/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
João Dias Coelho (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
João Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Berta Nunes (PS)
Fátima Correia Pinto (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Helga Correia (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Miguel Matos (PS)
André Marques (PSD)
Rosina Ribeiro Pereira (PSD)
Jorge Galveias (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Seguro Sanches (PS)
Joana Cordeiro (IL)